

Novas brisas nas Necessidades

Comentando uma entrevista do ministro dos Negócios Estrangeiros ao "DN", o articulista conclui que se desenha um certo afastamento relativamente a algumas coordenadas fundamentais da política externa do Governo de Sá Carneiro

António Maria Pereira

O programa de política externa do VII Governo, embora contivesse algumas significativas diferenças relativamente ao do VI, permitia a conclusão de que, na sua execução, tudo continuaria na mesma linha.

Esta conclusão, afinal, parece não se confirmar, pelo menos em certa medida. Com efeito, das declarações do novo ministro dos Negócios Estrangeiros, prof. André Gonçalves Pereira, na extensa e importante entrevista que concedeu recentemente ao «Diário de Notícias», é legítimo concluir que se desenha uma tendência para um certo distanciamento, que vai para além da simples diferença de estilo, relativamente a algumas coordenadas fundamentais da política externa do Governo de Sá Carneiro. Digamos que sopram nas Necessidades não propriamente novos ventos, mas, pelo menos, novas brisas...

O atlantismo do VI Governo

A política externa do VI Governo foi, relativamente ao expansionismo soviético, marcadamente atlantista. Considerando a agressividade da URSS o mais grave problema que o Ocidente tem que afrontar, Sá Carneiro e Freitas do Amaral reagiram perante esse perigo em sintonia com os Estados Unidos e não com os países europeus, designadamente a França e a Alemanha.

No início de 1980, o ex-presidente Carter, depois de três anos de política externa idealista e hesitante, assumiu uma atitude de grande firmeza perante a invasão do Afeganistão, impondo sanções à União Soviética e convidando os países europeus a procederem do mesmo modo; estes, porém, descrentes da liderança norte-americana, preferiram jogar a carta da acomodação e, desolidarizando-se dos Estados Unidos, tomaram unilateralmente iniciativas quase amistosas em relação à União Soviética. Giscard d'Estaing, sem sequer informar Washington, foi ao encontro de Brejnev, em Varsóvia, e Helmut Schmidt viajou até Moscovo, quebrando assim o isolamento intrínseco que o presidente dos Estados Unidos pretendia impor à URSS. E quanto às sanções económicas e ao boicote dos Jogos Olímpicos de Moscovo, a reacção dos países europeus foi extremamente frouxa.

Perante esta dualidade de atitudes, o Governo de Sá Carneiro solidarizou-se imediatamente e inequivocamente com os Estados Unidos, através de actos altamente significativos,

reveladores de uma atitude de grande firmeza perante a política expansionista da União Soviética: o nosso embaixador em Moscovo foi chamado a Lisboa e os acordos culturais com este país foram cancelados. A consequência final destas iniciativas foi um esfriamento nítido das nossas relações com a URSS, que se acentuou com a expulsão de três diplomatas soviéticos algum tempo depois.

O atlantismo do Governo de Sá Carneiro manifestou-se também quando, a propósito da prisão dos reféns norte-americanos em Teerão, o Governo dos Estados Unidos pediu aos seus aliados europeus que boicotassem as relações comerciais com o Irão. Portugal, apesar de consumir petróleo iraniano, foi o primeiro país europeu a decretar o boicote.

Francisco Sá Carneiro, ao dirigir-se à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo, em Abril de 1980, aproveitou a ocasião para, uma vez mais, se solidarizar com os Estados Unidos, na altura algo da incompreensão e mesmo de críticas azedas por parte dos seus aliados. «Neste período grave», afirmou o malgrado primeiro-ministro, «o Governo dos Estados Unidos precisa, não das nossas críticas — mesmo que sejam fundadas — mas sim da nossa solidariedade».

E o então ministro dos Negócios Estrangeiros, prof. Freitas do Amaral, foi também claro no seu atlantismo: «Verifico que, em vários aspectos», declarou, «há uma coincidência de pontos de vista quer na análise da situação internacional, quer na escolha da linha a seguir para fazer face aos desafios que se põem, neste momento, ao mundo ocidental entre as posições do presidente Reagan e as posições que têm sido tomadas pelo Governo português. Designadamente, eu creio que posso dizer que coincidimos num ponto que é fundamental: perante a nova fase em que a União Soviética entrou, de expansionismo e de arrogância perante o mundo ocidental, só uma atitude muito firme e muito clara poderá evitar um novo conflito mundial».

Para justificar a severidade da posição assumida em relação à União Soviética, Sá Carneiro afirmou ainda em Estrasburgo: «O meu Governo foi um dos primeiros a condenar firmemente a invasão do Afeganistão. Somos um pequeno país e o nosso contributo para a solução do problema criado por esta violação escandalosa do direito internacional é necessariamente limitada. Contudo os princípios em jogo

têm uma tal importância que consideramos que a nossa voz devia ser ouvida».

Esta severidade, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros não a subverte, ao declarar que «um país com a dimensão de Portugal dificilmente é severo com uma potência da dimensão mundial da União Soviética».

E para bem marcar que, na realidade, é ao contrário do que entendiam Sá Carneiro e Freitas do Amaral, não há qualquer antagonismo entre Portugal e a União Soviética, André Gonçalves Pereira fez questão de afirmar que não estamos em conflito com a União Soviética, concedendo apenas que «talvez estejamos em conflito ideológico com o expansionismo comunista» (!)

Esta posição é diametralmente oposta à assumida pela nova Administração Reagan dos Estados Unidos — que era também, como vimos, a da Aliança Democrática — e que Richard Nixon definiu nestes termos: «Nós estamos em guerra. Estamos envolvidos numa luta titânica em que está em jogo o destino das nações. Na guerra, quando uma guarnição cercada capitula sem que tenha sido dado um tiro, a sua captura não deixa de ser uma vitória para um dos campos e uma derrota para o outro. Quando a União Soviética faz combater outras tropas por procuração, as suas conquistas não deixam de ser vitórias soviéticas e derrotas ocidentais.» (!)

Este estado de guerra ou, pelo menos, de conflito aberto entre o mundo ocidental e a União Soviética, em consequência do expansionismo desta, André Gonçalves Pereira não o aceita, como vimos; e até quanto à simples oposição ideológica com o expansionismo comunista, que é um dado pacificamente admitido por todos os países, mesmo com os mais apegados à «détente» o ministro apenas a aceita como hipótese: «talvez estejamos em conflito ideológico com o expansionismo comunista» (!) Talvez... (!)

A invasão do Afeganistão e os acordos de Helsínquia

Num outro passo da sua entrevista, afirma o novo ministro dos Negócios Estrangeiros: «Na verdade, nos últimos dias de Dezembro, a senhora primeiro-ministro eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, declarou ao seu jornal que, em virtude de uma comunicação do embaixador da União Soviética, os tanques russos viriam a retirar do Afeganistão e que, assim, se cumpririam os acor-

dos de Helsínquia. Ora nem os acordos de Helsínquia têm obviamente alguma coisa a ver com o assunto, porque são de aplicação estrita à Europa, nem os tanques retiraram, antes foram substancialmente reforçados.»

Ao fazer a surpreendente afirmação de que os acordos de Helsínquia nada têm que ver com a invasão do Afeganistão por serem de aplicação restrita à Europa, o professor André Gonçalves Pereira está, uma vez mais, a tomar uma posição que é diametralmente oposta à do Governo de Sá Carneiro.

Com efeito, várias vezes o prof. Freitas do Amaral afirmou que a invasão do Afeganistão representava uma violação dos acordos de Helsínquia. E o chefe da Delegação Portuguesa à Conferência de Madrid sobre a Segurança e a Cooperação Europeia, embaixador Rui Medina, reflectindo a posição do Governo de Sá Carneiro, foi claro, em Dezembro passado, ao reafirmar essa mesma posição: «A «détente» é global, porque baseada sobre a confiança e deve traduzir-se num comportamento coerente e universal. Não poderá consistir numa prática ocasional, prosseguida em zonas geográficas escolhidas selectivamente, segundo critérios arbitrariamente fixados. Dificilmente se compreenderia que — sobretudo à luz do Princípio X do Acto Final — o compromisso de respeitar certos princípios num quadro geográfico dado, pudesse dispensar um país de honrar esses compromissos previamente assumidos, com o mesmo conteúdo, num quadro mais geral. Sustentar o contrário seria um comprazimento em jogos do espírito.»

Esta tese foi a de todos os países ocidentais, os quais sempre consideraram que as obrigações que resultam do Acto de Helsínquia de não recorrer ao uso da força têm alcance universal e não restrito à Europa. O que, aliás resulta claramente do próprio texto do princípio II: «Os Estados participantes abster-se-ão, nas suas relações mútuas, bem como nas suas relações internacionais em geral, de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado».

E a Cláusula X, citada pelo chefe da Missão Portuguesa e, do mesmo modo, inequívoca a este respeito: «Os Estados participantes declaram a sua intenção de conduzir as suas relações com os demais Estados dentro do espírito dos

princípios contidos na presente Declaração.»

O terrorismo internacional

O distanciamento do VII Governo em relação aos Estados Unidos evidencia-se também em relação a uma das novas prioridades da política externa norte-americana: o combate ao terrorismo.

Reagindo contra a humilhação sofrida pelos Estados Unidos com a prisão dos reféns em Teerão, o secretário de Estado norte-americano, general Alexandre Haig, logo nas suas primeiras declarações perante o Senado declarou que a luta contra o terrorismo seria uma das prioridades da política externa da nova Administração, chegando ao ponto de afirmar que essa luta tomara o lugar prioritário que, durante a Administração Carter foi ocupado pelos Direitos Humanos, que passariam a segunda prioridade.

Declarou Alexandre Haig: «Quando concedemos legitimidade internacional para os que violam o Direito Internacional, estamos a conceder-lhes um incentivo para continuarem. Este é o problema do terrorismo. Temos que encerrar as violações da lei internacional e dos padrões e costumes da civilização ocidental com muito mais dureza.»

Essa muito maior dureza consistirá, segundo o semanário «Newsweek», na instituição de um sistema internacional de represálias imediatas contra o país que tolere o sequestro de diplomatas estrangeiros, compreendendo sanções económicas e políticas, como o boicote comercial e o corte de relações diplomáticas.

Interrogado a respeito da questão dos reféns americanos no Irão e, concretamente, sobre se pensa «se terão que ser revistos todos os conceitos que havia nesta matéria ou se haverá que criar sistemas de fiscalização destas normas internacionais» como pretende a nova Administração americana, André Gonçalves Pereira respondeu negativamente: «Não, não penso, por uma razão simples: é que, se verificar a conclusão do acontecimento, o Irão nada ganhou com a violação clara do Direito Internacional que constituiu o aprisionamento dos reféns: pelo contrário, a solução do problema foi altamente prejudicial para o Irão, que acabou por receber apenas uma parte do dinheiro que era indiscutivelmente iraniano.»

Salvo o respeito que é devido à grande competência do prof. Gonçalves Pereira em

(Continua na 6.ª página)



Novas brisas nas Necessidades



(Continuado da 2.ª página)

Direito Internacional, o argumento parece frouxo; com efeito, a questão de saber se o Irão ganhou ou não com a retenção dos reféns norte-americanos não se coloca em termos de pura contabilidade de dólares recebidos ou devidos. O grande interesse da prisão dos reféns pelos fanáticos do ayatollah Khomeini não era ganhar uns tantos milhões de dólares mas sim conseguir uma vingança espectacular dos Estados Unidos, pelo apoio que haviam concedido ao xá, vingança essa que só tinha uma forma de se concretizar: a humilhação da grande democracia norte-americana, que foi amplamente conseguida, por isso a Imprensa iraniana, em grandes parangonas, exaltou entusiasticamente «a vitória obtida sobre o grande Satã».

Tal qual como o saque e invasão de embaixadas norte-americanas e francesa em Trípoli e da norte-americana em Islamabad, onde que só por acaso os funcionários respectivos não foram massacrados, os assaltos às embaixadas têm importância, não só em relação aos atentados humanos, aos prejuízos materiais que possam ocorrer e às indemnizações que se lhes sigam, mas também — e sobretudo — ao seu significado, por representarem uma grave infracção do desrespeito das tradições imunitárias diplomáticas; desrespeito esse que põe em jogo não só meras questões de política ou de segurança, mas principalmente princípios consagrados do Direito Internacional, que assim são intencionalmente violados por parte de Estados soberanos, ou, pelo menos, com a sua cumplicidade.

Poucas dúvidas existem de que se a questão tivesse sido suscitada durante o Governo Sá Carneiro, este, na sua linha de actuação habitual, teria alinhado com a posição americana, que preconiza a criação de novos sistemas de fiscalização e sancionamento dos princípios do Direito Internacional infringidos.

Quanto à CEE

Mas o novo ministro dos Negócios Estrangeiros se, por um lado, toma distâncias em relação aos Estados Unidos, por outro também as assume relativamente à CEE, afirmando: «Nós não somos membros da Comunidade Económica Europeia e, portanto, a nossa posição não tem que coincidir com a desses países, embora a deva levar em conta por ser uma posição muito importante.»

Como se verifica, na definição da atitude de Portugal perante os restantes países da CEE, o ministro acentua sobretudo uma posição de independência; ao contrário, nos tempos do VI Governo, foi preocupação constante de Diogo Freitas do Amaral acentuar que, dada a fase de

pré-adesão do nosso país às Comunidades, a posição de alinhamento com os restantes países da CEE era uma regra que só excepcionalmente se fugiria (como aconteceu, como vimos relativamente à firmeza das reacções perante a invasão do Afeganistão).

A coordenação da política externa é, com efeito, uma regra de ouro dos países do Mercado Comum, indispensável para que a Europa dos Nove afirme a sua personalidade no contexto mundial. Regra de ouro essa que o Governo de Sá Carneiro assumiu, para também deste modo demonstrar a sua firme determinação de adesão às Comunidades.

Outra é, como vimos, a perspectiva do VII Governo.

Uma opinião oposta à de Sá Carneiro

Destas significativas declarações do novo ministro dos Negócios Estrangeiros parece poder deduzir-se que a política externa portuguesa se está deixando embalar por certas brisas neutralistas marcadas por preocupações de afirmação de independência.

Tratar-se-á do neutralismo terceiro-mundista que caracterizou a política externa do general Ramalho Eanes e que Sá Carneiro tantas vezes denunciou? Julgo que não, até porque um dos principais vectores da política externa terceiro-mundista é a aproximação excessiva com as ex-colónias; ora o reforço das relações com os países africanos de expressão portuguesa foi, no programa da política externa do novo Governo, despromovido da categoria de *Opção Fundamental*, que tinha no programa de política externa do Governo de Sá Carneiro.

A política externa do VII Governo, será, portanto, a julgar pelas palavras do ministro, uma política externa muito menos atlântica e mais neutralista que a do Governo Sá Carneiro — e, portanto, mais próxima das ideias do Presidente Ramalho Eanes em política externa.

O que não surpreende, dada a interpretação que o ministro dá ao resultado dos dois últimos actos eleitorais: «Em ambos os casos» afirmou André Gonçalves Pereira, «a minha interpretação é que o povo português votou na estabilidade das instituições. Renovou o mandato da Aliança Democrática, renovou o mandato do Presidente da República. Significa isto que o povo entendeu que não deveria haver incompatibilidade nestas duas posições e que o Governo da Aliança Democrática deveria poder governar plenamente sob a presidência do general Ramalho Eanes. Essa é, também, a minha opinião.»

Francisco de Sá Carneiro tinha, como se sabe, uma opinião diametralmente oposta.



CARTAS DOS LEITORES

**“Novas brisas
nas Necessidades”**

Do ministro dos Negócios Estrangeiros, prof. André Gonçalves Pereira, recebemos o seguinte esclarecimento acerca de um artigo ontem publicado nesta página:

[...] «Sob o título «Novas Brisas nas Necessidades» o meu colega e amigo dr. António Maria Pereira tece várias considerações acerca da minha entrevista que há dias o seu jornal publicou.

Na parte final, depois de reproduzir a minha interpretação de que os resultados eleitorais significavam «que o Governo da Aliança Democrática deveria poder governar plenamente sob a presidência do general Ramalho Eanes», acrescenta «Francisco Sá Carneiro tinha, como se sabe, uma posição diametralmente oposta.»

Esta afirmação é inexacta. Francisco Sá Carneiro afirmou repetidas vezes que a Aliança Democrática, a obter maioria absoluta nas eleições legislativas, como sucedeu, seria Governo em qualquer caso, embora manifestasse a sua indisponibilidade pessoal para as funções de primeiro-ministro no caso de reeleição do general Ramalho Eanes.

Não há assim, ao contrário, do que se afirma, qualquer contradição entre o pensamento de Francisco Sá Carneiro e o meu. O resumo pelos grandes desaparecidos também implica que se não deturpem as afirmações por eles proferidas. [...]